



Territorialidade dos Povos Afrodescendentes da América Latina e do Caribe em hotspots de biodiversidade

DESAFIOS PARA SUA INTEGRAÇÃO NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO



Introdução

Os Povos Afrodescendentes são parte integrante da história e dos processos econômicos, políticos e sociais de construção e desenvolvimento das nações na América Latina e no Caribe. De acordo com Cecchini et al. (2021), os censos nacionais estimam que 21% da população total da região, pouco mais de 134 milhões de pessoas, são afrodescendentes.

Apesar dos importantes avanços legislativos em nível internacional e nacional reconhecendo a diversidade cultural e étnica e os direitos dos Povos Afrodescendentes, as condições drásticas de desigualdade social e econômica ainda continuam, bem como grandes lacunas de informação e reconhecimento que afetam todos os seus direitos.

Uma das grandes defasagens que os Povos Afrodescendentes têm na América Latina e no Caribe é a falta de informações sistemáticas e compreensivas sobre o reconhecimento legal de seus direitos territoriais. Essa lacuna de informação é uma característica da teia de desigualdade socioeconômica que invisibiliza o potencial político, econômico e social, bem como o papel e as contribuições que os Povos Afrodescendentes têm tido diante da mitigação e adaptação às mudanças climáticas e da proteção da biodiversidade de ecossistemas estratégicos. A falta de informação sistemática tem sido, portanto, um grande obstáculo para tornar visíveis e resolver as injustiças da desigualdade étnico-racial. Diante disso, os Povos Afrodescendentes e suas organizações têm avançado em lutas para posicionar suas demandas de reconhecimento a nível internacional e nacional (CEPAL/UNFPA, 2020), incluindo seus pedidos de reconhecimento de seus territórios.

Nas últimas quatro décadas, a reivindicação do direito coletivo ao território tem tido importantes conquistas em alguns países como Brasil, Colômbia, Equador, Nicarágua e Honduras. No entanto, os Povos Afrodescendentes estabelecidos em toda a América Latina e Caribe continuam lutando para garantir o cumprimento dos instrumentos legais nacionais e internacionais para a proteção e reconhecimento de seus direitos territoriais e seguem cobrando seu reconhecimento como ator importante e com sua própria voz em cenários de debate sobre mudanças climáticas, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

A partir de 2019 várias organizações de Povos Afrodescendentes empreenderam um [processo de fortalecimento de sua articulação em nível regional](#) cujo eixo é a análise e o impacto político do direito ao território. Como passo fundamental do roteiro para a articulação e reivindicação do direito ao território, ficou evidente a necessidade de fechar a lacuna de informação sistemática e abrangente sobre o estado do reconhecimento legal dos direitos territoriais. Em resposta a essa necessidade, foi realizado o primeiro esforço de mapeamento e cartografia da presença territorial, as terras e os territórios dos Povos Afrodescendentes na região. Um esforço crucial que evidencia a presença territorial dos mais de 134 milhões de pessoas Afrodescendentes na região, e demonstra a importância dos territórios Afrodescendentes para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.

Foto da capa: Integrante da comunidade de Palenque, do Caribe colombiano: o primeiro Povo Afrodescendente livre das Américas. Foto de Wiliam Martinez, Iniciativa para os Direitos e Recursos (RRI).

Organizações como o *Processo das Comunidades Negras* (PCN) na Colômbia e a *Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas* (CONAQ) no Brasil, com o acompanhamento estratégico da *Iniciativa para os Direitos e Recursos* (RRI na sigla em inglês), e o apoio técnico-cartográfico do *Observatório de Territórios Étnicos e Camponeses da Universidade Javeriana na Colômbia* (OTEC), desenvolveram [um mapeamento da presença territorial dos Povos Afrodescendentes em 16 países da região](#) (Belize, Brasil, Bolívia, Colômbia, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname e Venezuela).¹ Este trabalho foi realizado em coordenação com diferentes organizações de base territorial e pesquisa de Afrodescendentes.

O estudo sobre a biodiversidade em territórios dos Povos Afrodescendentes

Este estudo busca contribuir para tornar visível a presença territorial dos Povos Afrodescendentes nos 16 países citados. Buscou-se identificar progressivamente a presença, as terras e os territórios titulados e não titulados dos Povos Afrodescendentes na América Latina e influenciar o reconhecimento de seus direitos coletivos de posse. Embora os Povos Afrodescendentes da América Latina e do Caribe tenham ganhado um lugar na discussão sobre clima e conservação, a falta de demarcação de suas terras ancestrais tem sido um obstáculo para estabelecer adequadamente a contribuição significativa de seus territórios para a proteção da biodiversidade e para enfrentar desafios complexos, como a degradação dos ecossistemas, a perda de sistemas alimentares e outros problemas ecológicos.

Entre os principais resultados estão:

- 205 milhões de hectares foram identificados com a presença territorial de Povos Afrodescendentes. Desta área, apenas 5% das terras mapeadas, representando pouco mais de 9,4 milhões de hectares, têm reconhecimento legal do direito coletivo de posse sobre a terra e o território.
- As coberturas com menor transformação antrópica ocupam 77% da área mapeada, o que indica que os territórios identificados com a presença de Povos Afrodescendentes têm cobertura majoritariamente natural e fazem parte de áreas consideradas *hotspots* de biodiversidade.
- Os ecossistemas mais representativos habitados por Povos Afrodescendentes são: floresta tropical úmida (43%), cerrado (28%) e áreas de produção agroalimentar (22%).
- As florestas tropicais úmidas nos territórios de Povos Afrodescendentes mapeados ocupam cerca de 87 milhões de hectares.²
- Em Belize, Bolívia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, 100% dos territórios dos Povos Afrodescendentes estão em áreas consideradas *hotspots* de biodiversidade³. No caso da Colômbia, a sobreposição é de 96% e no Chile, Brasil, Venezuela, Peru, Paraguai e Suriname é inferior a 50%.
- Um total de 1.271 áreas protegidas nacionais e internacionais foram identificadas em áreas próximas ou sobrepostas às terras dos povos afro-descendentes em diferentes estágios de reconhecimento legal. 67 por cento dessas áreas estão localizadas no Brasil em municípios certificados com a presença de comunidades Quilombolas não coletivamente denominadas. Os 33 por cento restantes das áreas protegidas identificadas estão localizados principalmente

na Colômbia, Nicarágua, Equador e Suriname em terras demarcadas com a presença de povos afrodescendentes.

- Os 16 países têm políticas públicas de biodiversidade ajustadas à Agenda pós-2020, mas nem todos consideram os Povos Afrodescendentes como atores na discussão das metas de *Aichi*⁴, nem incluem seus territórios nos relatórios nacionais apresentados nos últimos anos em conformidade com a Convenção sobre Diversidade Biológica. Apenas Brasil, Colômbia, Guatemala, Nicarágua, México e Suriname relataram a contribuição dos territórios dos Povos Afrodescendentes.
- Os ecossistemas com maior déficit de demarcação são os inundáveis e os marinho-costeiros. Mesmo assim, este estudo conseguiu identificar 235.719,5 hectares com a presença de Povos Afrodescendentes em 13 dos 16 países analisados nas costas do Pacífico, Caribe e Atlântico.

Os resultados do estudo estão apresentados sob o seguinte esquema: (i) Identificação cartográfica de territórios com presença territorial Afrodescendente, discriminando áreas com reconhecimento legal, áreas em processo de titulação e aquelas sem demarcação; (ii) Análise qualitativa e quantitativa das coberturas e das áreas ecossistêmicas dos territórios rurais habitados por Povos Afrodescendentes; (iii) Análise do grau de reconhecimento dos Povos Afrodescendentes como atores decisivos nas políticas de conservação da biodiversidade; (iv) Iniciativas comunitárias de conservação; e (v) Recomendações.



*Pescadores das Caraíbas Colombianas.
Foto de Wiliam Martinez, Iniciativa de Direitos e Recursos (RRI).*

I. Territórios titulados e com expectativa de reconhecimento

Este estudo conseguiu identificar 205 milhões de hectares com a presença de Povos Afrodescendentes nos países analisados, dos quais apenas 5% têm pleno reconhecimento legal. A Tabela 1 apresenta três situações diferentes para a análise do número de hectares mapeados:

- Alguns países relatam a área de territórios titulados e têm as camadas cartográficas para análise.
- Em alguns casos, países e organizações sociais relatam dados sobre a área de terra com expectativa de titulação – que têm sido reivindicados ao Estado por meio de vias administrativas e judiciais – mas nem sempre têm áreas delimitadas disponíveis.
- Em um grupo significativo de países, a área cartográfica corresponde a municípios ou outra unidade político-administrativa em que se confirme a presença de Povos Afrodescendentes. O caso mais significativo é o do Brasil, país no qual está disponível um banco de dados de municípios com presença de comunidades Quilombolas em uma área superior a 170 milhões de hectares. Esse número de hectares pode ser assumido como a dimensão quantitativa dos territórios Quilombolas, uma vez que nem as organizações sociais nem o Estado possuem uma demarcação das terras ocupadas e reivindicadas em titulação coletiva.

Tabela 1: Terras dos Povos Afrodescendentes com reconhecimento legal, solicitadas em título, e terras sem demarcação

Territórios titulados		Territórios reivindicados com pedidos de reconhecimento e demarcação**		Áreas identificadas por municípios***	
País	Área (ha)	País	Área (ha)	País	Área (ha)
Colômbia	5.705.247,5	Brasil	745.871,0	Brasil	173.199.644,9
Nicarágua	1.223.566,7	Colômbia	678.162,5	Suriname	4.864.519,2
Brasil	2.148.713,1	Equador	176.143,0	México	3.910.153,4
Equador	121.460,9	Suriname ⁵	----- [†]	Panamá	2.815.918,7
Bolívia	228.878,0	Chile	1.546,0	Peru	2.737.600,9
Honduras*	32.000,0			Honduras	2.170.745,8
				Belize	1.499.761,0
				Costa Rica	1.159.590,0
				Venezuela	973.226,1
				Guatemala	847.685,3
	9.459.866,20		1.601.722,50		194.178.845,30

* As terras tituladas em Honduras ao Povo Garífuna estão registradas em documentos administrativos, mas não há demarcação.

** Áreas demarcadas onde os Povos Afrodescendentes têm a expectativa de titulação, mas sem avanços significativos na regularização da posse coletiva.

*** Corresponde a fronteiras político-administrativas onde os Povos Afrodescendentes estão presentes ou têm assentamento. Há uma superestimação dessas áreas, uma vez que elas não ocupam necessariamente toda a unidade geográfica. Em todos esses casos, há uma lacuna significativa de informação. A categoria de município é utilizada no Brasil, Guatemala, Honduras, México e Venezuela, enquanto em Belize, Panamá, Peru e Suriname os dados correspondem a distritos. No caso da Costa Rica, a categoria utilizada é província.

[†] Em 2006 a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos do Povo Saramaka vs. Suriname, a Corte ordenou que o Estado delimitasse, demarcasse e concedesse o título coletivo do território ao povo Saramaka, de acordo com seu direito consuetudinário e por meio de consultas prévias, eficazes e plenamente informadas. Dezesesseis anos após a promulgação de sentença, informações oficiais sobre a demarcação e o reconhecimento do direito territorial ainda não existem. A Equipe de Conservação da Amazônia (*Amazon Conservation Team - ACT* na sigla em inglês) mapeou quase 7 milhões de hectares entre territórios indígenas e do Povo Maroon ou Cimarrón, mas não há clareza sobre o percentual que corresponde às terras de Povos Afrodescendentes com expectativa de titulação coletiva.

Cerca de 78% dos cerca de 9,5 milhões de hectares intitulos (detalhados na Tabela 1) são florestas (equivalente a 7.388.811,1 hectares). Os 22% restantes são coberturas diversas, dominadas por áreas de recarga aquífera, como cerrados, zonas úmidas, manguezais e outros ecossistemas de importância ecossistêmica.



*Paisagem do departamento de Valledupar, Colômbia.
Foto de Wiliam Martinez, Iniciativa de Direitos e Recursos (RRI).*

II. Territórios Afrodescendentes biodiversos

Nos 205 milhões de hectares com a presença de Povos Afrodescendentes existem ecossistemas de grande importância como florestas úmidas, florestas secas, zonas úmidas, arbustos, mangues, ecossistemas marinhos, cerrado, vegetação secundária, áreas de produção agroalimentar e outras coberturas antrópicas.

As coberturas com menor transformação antrópica ocupam 77% da área mapeada, o que indica que os territórios identificados com a presença de Povos Afrodescendentes têm cobertura majoritariamente natural e fazem parte de áreas consideradas *hotspots* de biodiversidade, conforme detalhado no Mapa 1.

Mapa 1: Territórios de Povos Afrodescendentes e *hotspots* de biodiversidade



Hotspots identificados pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF na sigla em inglês)

A sobreposição dos ecossistemas mais representativos e cruciais na conservação da biodiversidade está quantificada na Tabela 2, que destaca o número de hectares de floresta tropical úmida, que inclui os 1006 municípios do Brasil certificados com a presença de comunidades Quilombolas, mas que não possuem demarcação. Uma vez realizadas pelo estado as demarcações das terras ancestrais quilombolas nessas unidades geográficas, será possível determinar qual percentual dos 88,7 milhões de hectares se sobrepõem.

Tabela 2: Ecossistemas em territórios de Povos Afrodescendentes

Cobertura	Hectares
Florestas úmidas	88.797.334,86
Florestas secas	515.020,39
Vegetação higrófila	5.099.311,22
Arbustais	1.764.495,86
Mangues e ecossistemas marinhos	235.719,50
Áreas cultivadas	45.623.709,79

Devido a diversidade paisagística e a heterogeneidade biogeográfica existentes dentro e entre os países do estudo, é possível encontrar um conjunto de ecossistemas de referência de áreas andinas, amazônicas, do Chocó Biogeográfico, de corredores secos e ecossistemas marinho-costeiros nos territórios de Povos Afrodescendentes.

A Tabela 3 mostra os países mais representativos para cada cobertura analisada e o percentual na área total mapeada pelo ecossistema.

Uma aproximação espacial dos dados de cobertura pode ser vista no Mapa 2, que mostra em melhor escala os territórios dos Povos Afrodescendentes da Mesoamérica.

Mapa 2: Coberturas em territórios de Povos Afrodescendentes da Mesoamérica

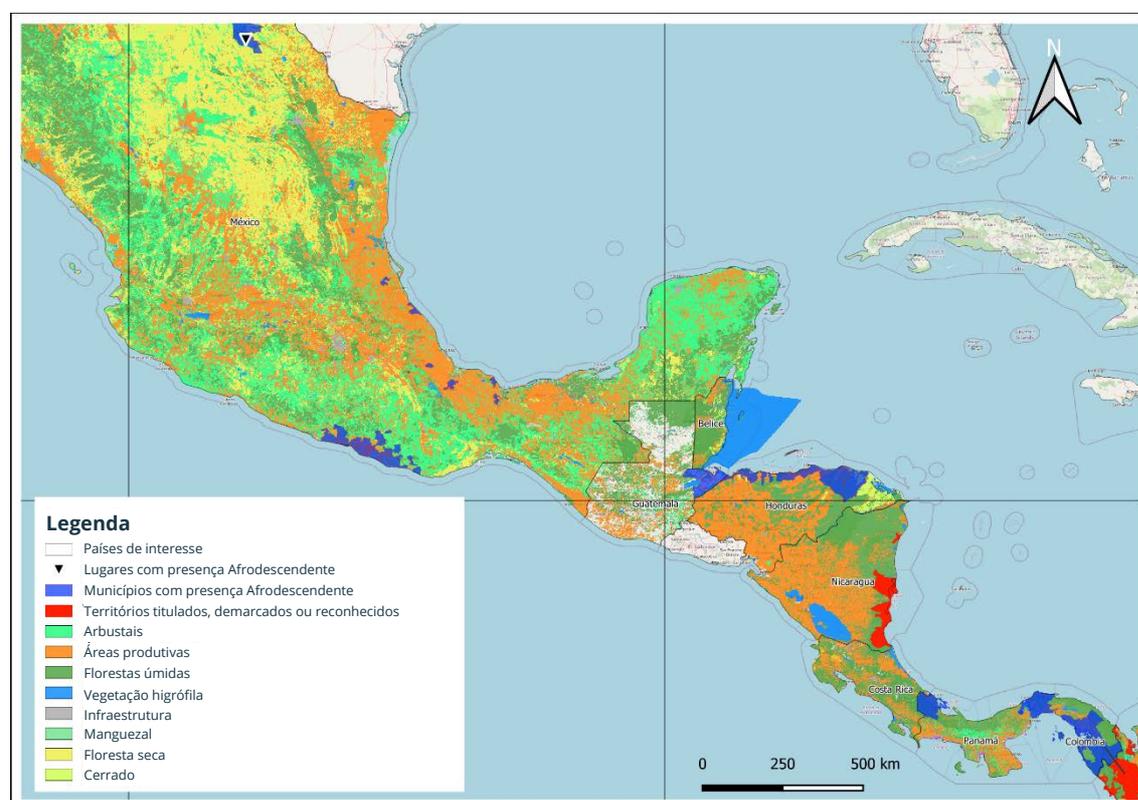


Tabela 3: Representatividade ecossistêmica nos territórios de Povos Afrodescendentes

Arbustais	Hectares	Porcentagem (%)	Manguezais	Hectares	Porcentagem (%)
Chile	831.440,2	47,12	Belize	635.861,9	40,39
México	427.684,0	24,24	Panamá	1.722.084,2	38,86
Venezuela	220.316,2	12,49	Honduras	887.051,3	14,98
Peru	110.247,1	6,25	México	168.193,3	5,70
Guatemala	84.983,4	4,82	Colômbia	4.524.119,4	0,06

Floresta tropical úmida	Hectares	Porcentagem (%)	Manguezais	Hectares	Porcentagem (%)
Brasil (municípios certificados)	7.329.813,4	5,09	Brasil (municípios certificados)	4.481.712,0	87,89
Colômbia	4.524.119,4	4,30	Colômbia	214.574,9	4,21
Suriname	3.814.628,7	2,33	Nicarágua	85.344,0	1,67
Brasil (territórios reconhecidos)	2.067.966,4	1,94	Belize	80.757,2	1,58
Panamá	1.722.084,2	1,00	Panamá	39.840,9	0,78
Honduras	887.051,3	0,79	Guatemala	37.670,1	0,74
Nicarágua	703.715,6	82,55	Chile	35.133,0	0,69

Cerrado	Hectares	Porcentagem (%)	Manguezais	Hectares	Porcentagem (%)
Brasil (municípios certificados)	5.821.448,8	97,81	Peru	285.914,3	55,52
Brasil (territórios reconhecidos)	607.714,1	1,02	Venezuela	165.617,4	32,16
Colômbia	145.276,3	0,24	Nicarágua	55.200,1	10,72
Belize	133.119,2	0,22	Belize	6.342,8	1,23
México	130.684,1	0,22	Equador	1352,4	0,26
Chile	91.701,4	0,15	México	593,4	0,12



*Paisagem do departamento de Cauca, Colômbia.
Foto de Wiliam Martinez, Iniciativa de Direitos e Recursos (RRI).*

III. Política pública de conservação da biodiversidade

Em relatórios recentes do Convênio sobre a Diversidade Biológica, Brasil, Colômbia, Guatemala, Nicarágua, México e Suriname relataram a contribuição dos territórios dos Povos Afrodescendentes para as metas de Aichi. Em particular, os territórios em questão estão associados às metas 7 (agricultura sustentável), 11 (áreas protegidas), 14 (serviços ecossistêmicos essenciais restaurados) e 18 (conhecimentos tradicionais integrados).⁶

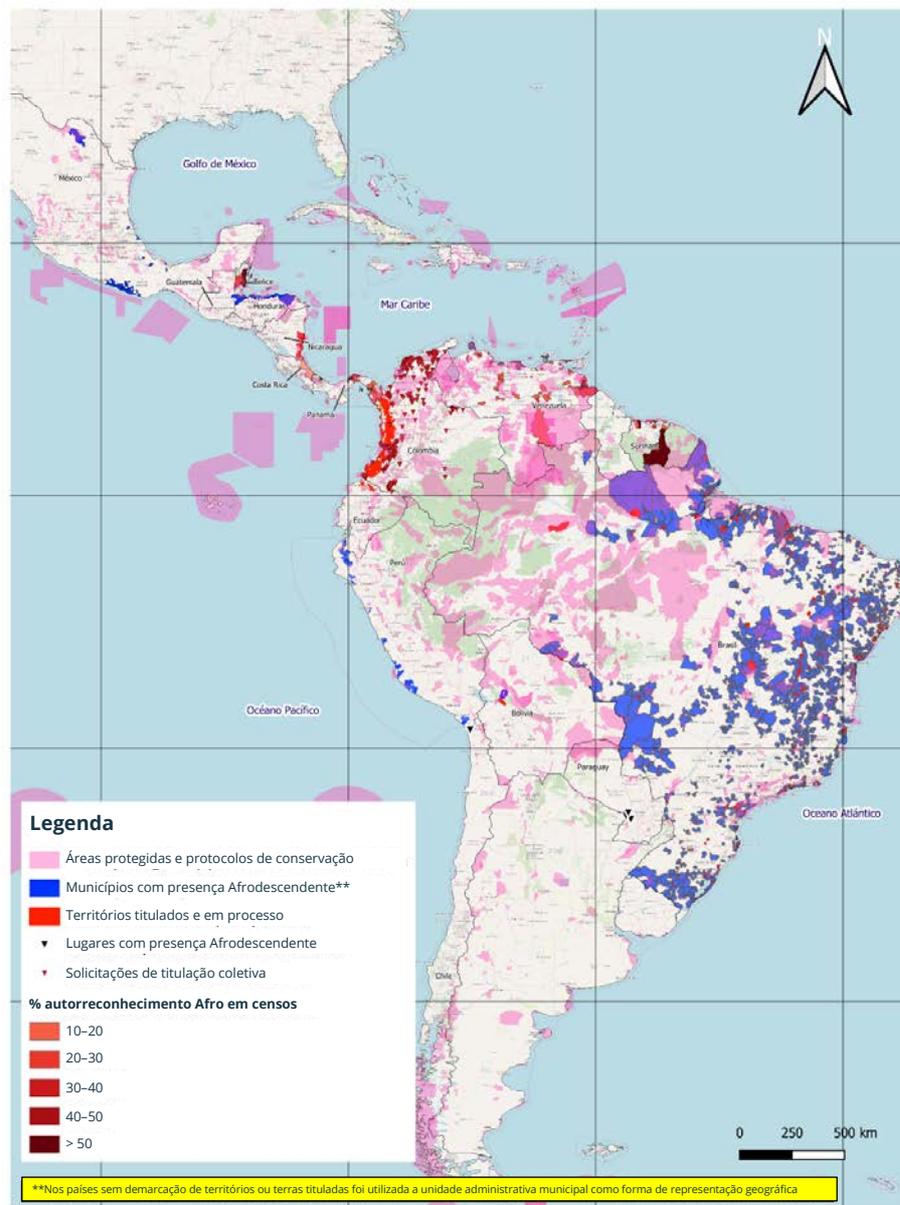
Casos como o da Guatemala se destacam pela importância dada aos Povos Afrodescendentes. No Sexto Relatório Nacional, por exemplo, foram relatados progressos significativos e a ligação que as comunidades e mulheres Garífunas têm com os ecossistemas de manguezais no norte do país foi reconhecida. Na Colômbia, o cumprimento das Metas 7, 11 e 18 é baseado em programas e estratégias liderados por Conselhos Comunais de Comunidades Negras em aspectos como controle do desmatamento, manejo florestal e co-manejo em 59 áreas protegidas⁷. No México, é feita menção explícita à inclusão do conhecimento tradicional dos Povos Afrodescendentes nos sistemas de pesca e agroalimentares. Na Nicarágua, a Meta 18 baseia-se em estratégias de conservação da biodiversidade e envolve a garantia da autonomia dos Povos Afrodescendentes e a máxima participação em várias estratégias de conservação. O Brasil coloca os avanços da Meta 11 na consideração dos territórios coletivos como uma estratégia complementar de conservação ajustada às chamadas OMEC (Outras Medidas Efetivas de Conservação).

A conservação da natureza por meio da declaração de áreas protegidas, em locais de importância ecológica, é uma prática institucionalizada na América Latina e no Caribe. No entanto, dentro desse modelo, importantes limitações de sua efetividade são reconhecidas devido aos poucos espaços de participação das comunidades locais para sua implantação e gestão, ao aumento das pressões sociais e econômicas sobre essas áreas e à complexidade da sua administração e gestão. No entanto, há uma relação importante entre os territórios mapeados e as áreas protegidas, como mostra a Tabela 4 e o Mapa 3. Um total de 1.271 áreas protegidas nacionais e internacionais foram identificadas em áreas próximas ou sobrepostas às terras dos povos afro-descendentes em diferentes estágios de reconhecimento legal. 67 por cento dessas áreas estão localizadas no Brasil em municípios certificados com a presença de comunidades Qulombolas não coletivamente denominadas. Os 33 por cento restantes das áreas protegidas identificadas estão localizados principalmente na Colômbia, Nicarágua, Equador e Suriname em terras demarcadas com a presença de povos afrodescendentes.

Tabela 4: Áreas protegidas próximas e sobrepostas às terras de Povos Afrodescendentes

País	Número de áreas protegidas
Brasil	858
Belize	91
México	58
Panamá	44
Colômbia	43
Costa Rica	36
Guatemala	33
Venezuela	31
Honduras	28
Nicarágua	13
Peru	13
Chile	9
Equador	5
Suriname	5
Bolívia	3
Paraguai	1

Mapa 3: Áreas protegidas e territórios de Povos Afrodescendentes



Com base nas políticas públicas, estratégias e planos de ação para a conservação da biodiversidade em cada um dos países priorizados, é possível identificar lacunas no engajamento efetivo dos Povos Afrodescendentes na implementação dessas medidas. Este estudo sugere quatro categorizações à luz dos países analisados com as informações disponíveis.

Alto nível de proteção, alto nível de vinculação: Esta categoria inclui os países que têm alto reconhecimento dos Povos Afrodescendentes e alto nível de vinculação à implementação da política pública de biodiversidade. O Equador e a Nicarágua têm estruturas robustas para a proteção e o reconhecimento de direitos diferenciados, incluindo os direitos de posse coletiva. O nível de reconhecimento também é desenvolvido na implementação da política pública de biodiversidade e instrumentos relacionados. No caso do Equador, a Estratégia Nacional de

Biodiversidade 2015-2030, dentro de seus eixos de implementação, inclui a necessidade de fortalecer e tornar efetivos os direitos adquiridos pelos Povos Afrodescendentes em relação ao acesso a terras coletivas e à gestão dos recursos naturais. A Nicarágua, por sua vez, implementou sua política pública de biodiversidade baseada em comitês de trabalho entre as autoridades ambientais, que são responsáveis pela gestão das 74 áreas protegidas, bem como dos povos que estão próximos ou dentro delas. Mas além das lacunas de informação, alguns marcos legais, como a Lei nº 807 de 2012 da Nicarágua, reconhecem que a diversidade biológica é gerenciada em correspondência com os direitos consuetudinários dos Povos Afrodescendentes e indígenas.

Alto nível de proteção, baixo nível de vinculação: Esta categoria inclui os países que têm um alto nível de reconhecimento dos Povos Afrodescendentes e um nível baixo de vinculação com a implementação da política pública de biodiversidade. Apesar do fato de que a Colômbia e o Brasil têm marcos legais sólidos para o reconhecimento dos direitos coletivos de posse dos Povos Afrodescendentes, o nível de vinculação às políticas públicas de conservação da biodiversidade é fraco. No caso colombiano, o Plano de Ação 2016-2030 da Política de Diversidade reconhece marginalmente a vinculação e a contribuição dos Povos Afrodescendentes para a conservação. No Brasil, as políticas públicas de proteção da biodiversidade (Lei nº 13123 de 2015 e seu decreto normativo nº 8.772 de 2016) não incluem efetivamente os Povos Quilombolas nem os Povos Indígenas. Embora se mencione a necessidade de proteger e garantir o conhecimento local para o cuidado da biodiversidade, nenhum papel é atribuído na tomada de decisões nem sua contribuição é reconhecida.

Nível médio e baixo de reconhecimento, alto nível de vinculação: Esta categoria inclui os países que têm médio ou baixo nível de reconhecimento dos Povos Afrodescendentes e um alto nível de vinculação para a implementação da política pública de biodiversidade. Na Bolívia, apesar da falta de desenvolvimento dos direitos coletivos de posse, a vinculação dos Povos Afro-bolivianos na implementação da política de biodiversidade é central. O Plano de Ação 2019-2030 desse país especifica que os projetos florestais devem respeitar a autonomia e a autodeterminação dos Povos étnicos. Por sua vez, o México, na Estratégia Nacional sobre a Biodiversidade válida para 2016-2030, possibilita cenários importantes de participação dos Povos Afrodescendentes, apesar de não reconhecer seus direitos coletivos de posse e direitos políticos.

Nível médio e baixo de reconhecimento, nível zero de vinculação: Nesta categoria estão agrupados países com um nível médio ou baixo de reconhecimento e uma vinculação nula para a implementação da política de biodiversidade. No caso do Peru, Chile, Paraguai, Panamá e Costa Rica, os reconhecimentos alcançados ainda não se tornaram padrões de participação ou de inclusão dos Povos Afrodescendentes no debate nacional ambiental. Nestes países, é urgente promover uma participação efetiva.

Projetos de REDD+ em territórios Afrodescendentes

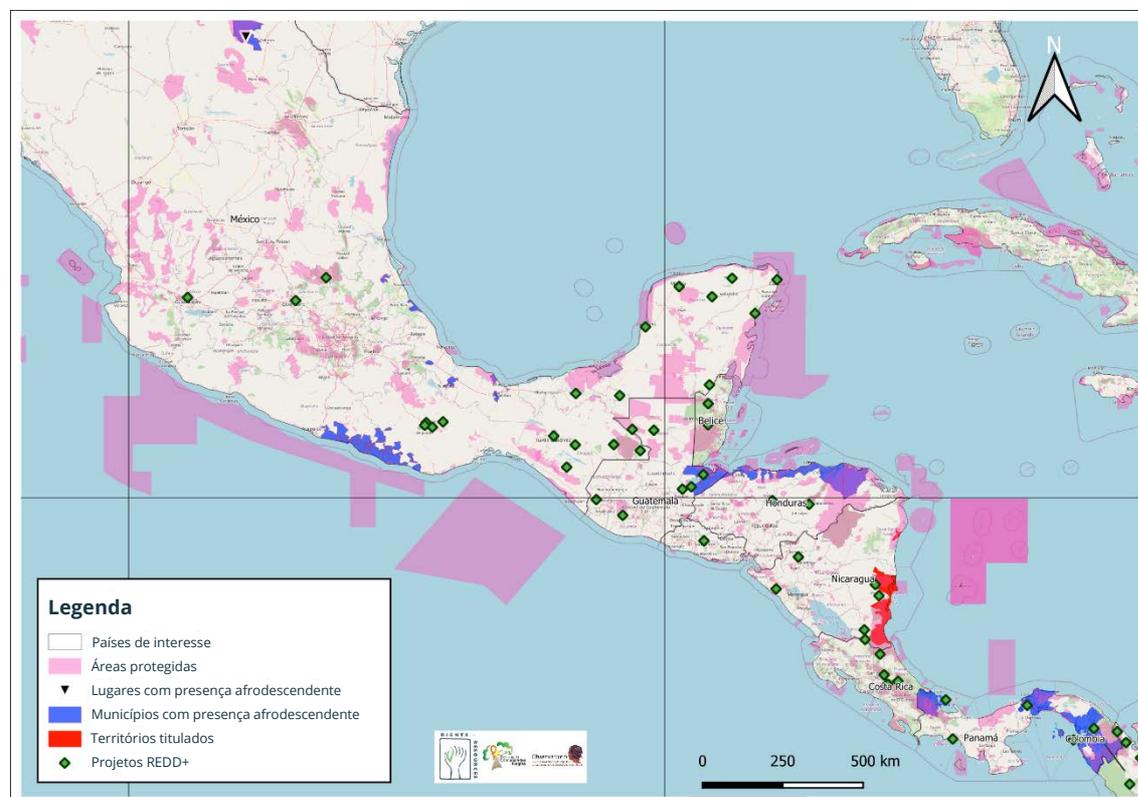
A revisão de informações secundárias realizada permite distinguir dois tipos de iniciativas de REDD+ (*Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal*). Por um lado, são contemplados programas de REDD+, que são iniciativas em nível nacional ou subnacional que abrangem uma área importante do território nacional e que podem abranger diversos biomas ou

extensões de floresta natural. Este tipo de iniciativa é de domínio exclusivo de entidades públicas, sob a liderança de entidades como os Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura ou similares etc. (Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, 2021). Por outro lado, existem projetos subnacionais de REDD+ que têm um escopo mais limitado em termos de extensão, uma vez que só podem ser desenvolvidos em escala subnacional, mas podem ser executados por entidades públicas e privadas (Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2021).

À luz disso e da revisão de bancos de dados e portais web de REDD+, é evidente que a participação das Populações Afrodescendentes dentro do desenho, implementação e avaliação das iniciativas de REDD+ nos 16 países de estudo apresenta diferentes formas de abordagem diferenciadas em alguns casos pelo tipo de iniciativa⁸.

Na região Mesoamericana (Mapa 4), em países como México, Guatemala, Honduras e Nicarágua, a participação de populações Afrodescendentes — no caso da Guatemala, comunidades Garífunas — no âmbito dos Programas ou Estratégias Nacionais de REDD+ (ENREDD+) é explicitamente reconhecida. A participação nesses casos foi promovida por espaços de participação multissetorial no desenho da estratégia e, da mesma forma, na formulação de salvaguardas socioambientais que tendem a apoiar as comunidades no processo de implementação das linhas de ação da estratégia. O anexo 2 apresenta um balanço dos projetos e programas de REDD.

Mapa 4: Projetos REDD em territórios de Povos Afrodescendentes da Mesoamérica⁹



Além disso, a abordagem da ENREDD+ do México acrescenta à participação das Populações Afro-mexicanas o reconhecimento da autonomia das comunidades para gerenciar seus recursos naturais e/ou sistemas de produção, suas formas de organização, seus direitos de propriedade e posse (CONAFOR, 2017) e, juntamente com a proposta da Guatemala e Nicarágua, a valorização do conhecimento das comunidades para promover e fortalecer a governança florestal é declarada (GCI, 2020).

Na mesma região, o caso do Panamá se destaca porque a participação das comunidades Afropanamenhas, além de ser identificada em seu programa de Estratégia Nacional de REDD+ no contexto de cenários de distribuição equitativa de benefícios e espaços de "Escuta Ativa" (Reyes, E., 2015), também identifica um projeto em nível subnacional que visa compartilhar maiores conhecimentos e ferramentas com ONGs ambientais relacionadas a questões de manejo florestal e/ou trabalhos com as comunidades locais nas províncias de Colón, Bocas del Toro e Panamá para o seu empoderamento e participação na Estratégia de REDD+ (ACICAFOC, 2022).

No caso da Costa Rica, que tem um programa nacional, a participação explícita dos Povos Afrodescendentes não é considerada; em vez disso, afirma dentro de seus objetivos melhorar os meios de subsistência nos territórios dos Povos Indígenas e das comunidades rurais, no âmbito das prioridades nacionais para o desenvolvimento sustentável (Ministério do Meio Ambiente e Energia-MINAE, 2016). Por outro lado, o progresso de Belize na implementação de iniciativas de REDD+ tem se concentrado na construção de relatórios técnicos que se concentraram nas informações geradas por especialistas no setor de uso da terra, mudança de uso da terra e florestas (LULUCF), sobre mudanças em coberturas e estimativas de variações do carbono acumulado nestas (UNFCCC, 2022).

O Mapa 5 mostra os projetos de REDD+ identificados na América do Sul, descobrindo que de 238 projetos¹⁰, pelo menos 21 se referem aos Povos Afrodescendentes dos países do estudo. Destaca-se a experiência da Colômbia na implementação de iniciativas REDD+, com 9 projetos implementados em conjunto com 19 conselhos comunitários e o Cabildo Mayor Indígena de Mutatá.

A Colômbia é o país com o maior número de projetos em fase de implementação na região; os Povos Afrodescendentes participaram dessas iniciativas à frente do Processo das Comunidades Negras, PCN, definindo rotas de trabalho para a construção de salvaguardas ambientais e sociais para o mecanismo REDD+, que incluem seus critérios e protegem seus territórios e direitos ancestrais (Portfólio REDD+, 2022).

Mapa 5: Projetos de REDD+ em territórios Afrodescendentes da América Latina



No Equador e no Suriname, as Estratégias Nacionais (ENREDD+) propõem a participação de Povos Afro-equatorianos e tribais — no caso do Suriname — na construção das linhas estratégicas do Plano de Ação de REDD+ (MinAmbiente Ecuador, 2016). Há dois elementos de distinção nesses países:

1. Os processos de consulta no Equador com comunidades locais, Povos e nacionalidades indígenas, Povos Afro-equatorianos, Povos Montubios e comunas; antes da implementação das ações de REDD+ em suas terras ou territórios para obter seu consentimento, um guia de referência é proposto.
2. No Suriname, levar em conta os direitos de posse dos Povos Indígenas e Tribais é reconhecido como um passo preliminar para a implementação de iniciativas de REDD+ (Governo do Suriname, 2019).

A inclusão e a ênfase desses elementos podem dar uma série de respaldos legais às comunidades Afrodescendentes que possam entrar em diálogo com suas salvaguardas para minimizar o risco de impactos negativos da implementação desse tipo de iniciativa.

O caso da participação de Povos Afrodescendentes no Paraguai e no Chile compartilha um ponto em comum que é a ausência de um processo de diferenciação étnica das comunidades. Dentro de suas estratégias nacionais é enunciado e resgata-se o papel das comunidades locais e dos Povos Indígenas — no caso do Paraguai — no manejo sustentável das florestas (Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Paraguai, 2019). No caso chileno, destaca-se a inclusão dentro da estratégia de riscos potenciais com a implementação das iniciativas REDD+ e os impactos socioambientais que esses riscos podem desencadear (Ministério Nacional da Agricultura, 2017).

Finalmente, Venezuela e Bolívia construíram uma posição política cujos interesses e expectativas diferem dos objetivos das iniciativas de REDD+. Na Bolívia, durante os anos de governo do presidente Evo Morales, considerou-se que: "REDD era um mecanismo mais de mercado e considerava necessário avançar em processos integrados de mitigação e adaptação que não incluíssem o mercado" (González, 2017).

No caso da Venezuela, a Política Florestal visa garantir a conservação e o desenvolvimento da floresta por meio de seu manejo sustentável e uso múltiplo em relação a questões como segurança alimentar, desenvolvimento rural e erradicação da pobreza. No entanto, as propostas e posições políticas para enfrentar as alterações climáticas diferem acentuadamente das apresentadas pelo resto da região.

Em particular, a Venezuela tem entre seus estudos de caso a experiência de conservação florestal na região de Aripao, especialmente povoada por Povos Afrodescendentes. Sob acordos de conservação entre a *Conservação Internacional*, a Givaudan, uma empresa privada francesa, e a organização do Povo Afro-venezuelano, 116.000 hectares de floresta comunitária de Aripao foram conservados. Essa e outras iniciativas semelhantes naquela região não estão alinhadas com as propostas da REDD+ (Movimento Regional por Terra e Território, 2017).



Zona árida tropical de Valledupar, Colômbia. Foto de Wiliam Martinez, Iniciativa de Direitos e Recursos (RRI).

IV. Formas e meios de subsistência dos Povos Afrodescendentes como prática de conservação

Nos territórios Afrodescendentes, existem diversas estratégias de conservação. Para este estudo, a partir de informações secundárias, foram documentadas experiências próprias de conservação no México, Honduras, Brasil, Colômbia e Equador relacionadas à etno-ornitologia, silvicultura comunitária, restauração florestal, participação em projetos de ação climática, construção de planos de etno-desenvolvimento e planos de manejo de áreas protegidas, detalhadas no Mapa 6. Em todos os casos, sistemas de conhecimento complexos historicamente construídos a partir do uso da biodiversidade são integrados. As iniciativas de conservação baseadas na comunidade contribuem para a conservação de ecossistemas estratégicos por meio de seus próprios sistemas de conhecimento e governança (Kothari et al. 2013). Essa forma de conservação, sem ser contrária às estratégias convencionais — como a declaração de áreas protegidas ou parques naturais nacionais — têm se mostrado eficiente em diferentes partes do mundo.

Tabela 5: Experiências próprias de conservação dos Povos Afrodescendentes

Ecossistema	País	Experiência
Floresta Seca	México: Conservação através do uso	<p>O caso da costa de Oaxaca, nas comunidades de El Sanjón, La Jabalina, El Limón e Petatengo, oferece exemplos da estratégia de conservação através do uso e evidencia a eficácia dos mecanismos de controle coletivo sobre o uso e gestão dos recursos naturais, apesar de suas diversas estruturas organizacionais e da influência disso nos resultados esperados.</p> <p>A floresta seca nesta área do país apresenta pressões associadas principalmente à agricultura extensiva, pecuária e o corte seletivo de árvores. As comunidades têm enfrentado essas pressões identificando a diversidade de plantas úteis em seus territórios e planejando sua exploração.</p> <p>Foram identificadas 448 espécies de importância econômica e cultural, muitas delas são utilizadas para comercializar artesanato, móveis e outros produtos derivados da madeira, outras têm fins medicinais e outras são utilizadas para acender fogo. Além disso, os benefícios econômicos e hidrológicos associados às árvores são incentivos para a conservação local. Muitos dos acordos de conservação não estão escritos, eles foram baseados em normas verbais e tradição oral.</p> <p>No entanto, há um controle formal ao nível da comunidade focado principalmente em restrições de corte de espécies super exploradas. Algumas das espécies com essas restrições são cedro (<i>Cedrela odorata</i>), cuachalalá (<i>Amphytergium adstringens</i>), árvore-da-orelha-de-elefante (<i>Enterolobium cyclocarpum</i>) e Ipê-rosa (<i>Tabebuia rosea</i>).</p>
	Brasil: Conservação baseada no conhecimento ecológico local: Etno-ornitologia. ¹¹	<p>As comunidades Quilombolas têm contribuído para a conservação das aves da Caatinga com base em seu conhecimento local sobre a biodiversidade e o comportamento das espécies presentes na mata seca dos quilombos Leitão da Carapuca e Brejo dentro da área protegida Refúgio de Vida Silvestre da Serra do Giz. Este conhecimento está relacionado principalmente com as estações e áreas de nidificação e tem sido desenvolvido a partir da observação da construção de ninhos, cantos e estações chuvosas.</p> <p>Da mesma forma, o conhecimento das relações ecológicas entre aves, plantas e outras espécies de animais são fatores fundamentais para a abordagem de estratégias de conservação e o monitoramento de espécies, tanto na estação reprodutiva quanto na migratória.</p> <p>Nas comunidades, reconhece-se a contribuição da avifauna na polinização, dispersão de sementes e controle de insetos e pragas. Da mesma forma, a conservação das aves também</p>

Ecossistema	País	Experiência
		<p>está relacionada aos valores simbólicos e espirituais de algumas espécies para essas comunidades. Nesses casos, a tradição oral tem desempenhado um papel importante na transmissão desses valores. Como parte das estratégias locais de conservação, também foram identificados riscos e fatores que levaram à diminuição das aves nos territórios.</p> <p>A área protegida adjacente aos Quilombos não possui um plano de manejo estabelecido. Diante disso, o reconhecimento das contribuições das comunidades dos Povos Afrodescendentes para a conservação das aves será fundamental para o manejo integrado das florestas da Caatinga.</p>
Floresta úmida	Colômbia: silvicultura comunitária em territórios de título coletivo ¹²	<p>O sistema florestal comunitário, no caso do Conselho Comunitário Yurumanguí, em Buenaventura, visa, além da conservação florestal, a geração de renda com base no planejamento da extração de recursos florestais de madeira. Esse manejo florestal visa reduzir as taxas de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das famílias que dependem dessa atividade.</p> <p>Para o estabelecimento do sistema produtivo, é necessário construir acordos e instrumentos que regulem a extração. Para isso, é necessário incluir sistemas de autogoverno e conhecimento local nos planos de manejo florestal.</p> <p>O potencial econômico na extração de madeira legal no âmbito do uso sustentável das florestas é um incentivo para a conservação e plantio de espécies florestais que, por sua vez, estão relacionadas a outras espécies de importância ecológica em florestas úmidas.</p> <p>Surge a necessidade de aumentar a participação étnica nos cenários de geração de políticas públicas em silvicultura. Do mesmo modo, reconhece-se a necessidade de articulações mais eficazes entre as autoridades ambientais nacionais e as autoridades étnicas.</p>
Mangues	Equador: Cooperação para fortalecer as capacidades de adaptação às mudanças climáticas por meio da conservação ¹³	<p>Experiência baseada na implementação de um projeto executado pela Confederação Afro-Equatoriana do Norte de Esmeraldas (CANE), a Federação dos Centros Awá do Equador (FCAE): Cipap, Unipa, Camawari e Ecompas. O Ministério do Meio Ambiente do Equador e sua contraparte na Colômbia.</p> <p>O projeto inclui um componente de reflorestamento de mangues para a restauração de práticas tradicionais de ostreicultura e pesca. Da mesma forma, busca integrar o conhecimento local e científico para a abordagem de estratégias de adaptação a cenários de mudanças climáticas e a melhoria da segurança alimentar por meio da conservação de manguezais.</p>

Ecossistema	País	Experiência
	Colômbia: Construção de planos de gestão para a conservação ¹⁴	<p>Os mangues no Golfo de Tribugá têm uma extensão aproximada de 2500 hectares. Neste território, muitas das comunidades Afrodescendentes utilizam-os para obter alimentos como peixes, crustáceos, moluscos, répteis e alguns mamíferos, extrair madeira para acender fogo e obter materiais de construção. Eles também reconhecem outros serviços ecossistêmicos como habitat para diversas espécies, ter propriedades medicinais, proteger as costas da erosão e ser símbolos culturais e espirituais. No âmbito de projetos de cooperação e iniciativas nacionais e locais, o Plano de Etno-desenvolvimento do Conselho Comunitário de Los Riscales, que inclui o Plano de Manejo de Manguezais, foi criado entre junho de 2010 e novembro de 2011.</p> <p>Este foi um processo participativo em que foram acordadas regras que regulam a extração, incentivam o aproveitamento total de árvores cortadas, exigem a solicitação de licenças de uso por pessoas fora da comunidade, a proteção de árvores com sementes e restringem a caça de fêmeas em épocas reprodutivas e o corte de árvores nas costas.</p> <p>Os usuários locais estão envolvidos no monitoramento dos manguezais, na implementação do plano de manejo, como guardas florestais e como beneficiários de projetos de melhoria produtiva e técnica. A integração do conhecimento foi a base da construção do Plano e dos processos decisórios.</p>
Marinhos	Honduras: Adoção de sistemas de uso próprio em estratégias de conservação de áreas protegidas	<p>Em princípio, a construção deste Plano de Gestão destinava-se a proteger os meios de subsistência das comunidades Garífuna associadas aos recursos do arquipélago de Cayos Cochinos. Os ecossistemas incluídos são recifes de coral, ervas marinhas, formações fauna de octocorais, rochas de coral, areias, algas e manguezais. Os sistemas de uso tradicional e o conhecimento ecológico a eles associados foram a base para as negociações na construção do Plano de Gestão do arquipélago.</p> <p>Para as comunidades, a conservação de espécies de peixes como robalo, carapau, pargo, mero, corvina, cavala, curimbatá, tainha, bagre e cabeçuda (<i>Diapterus peruvianus</i>) é essencial para manter a diversidade em sua dieta. As comunidades definiram períodos de defeso para determinadas espécies, no entanto, há defesos impostos por instituições do Estado que não são aceitos pelos pescadores artesanais, situação que pode gerar conflitos de uso.</p> <p>As formas tradicionais de uso do Povo Garífuna contribuíram para os objetivos do plano de manejo que incluem a proteção da biodiversidade terrestre e o manejo da pesca.</p>

V. Recomendações

Uma política de gestão de conservação da biodiversidade bem-sucedida não pode ser dissociada de processos de garantia integral dos direitos territoriais a favor dos Povos Afrodescendentes, e vice-versa. Nesse sentido, é fundamental que os governos avancem na criação ou implementação de marcos legais que reconheçam os direitos territoriais dos Povos Afrodescendentes como uma via efetiva na gestão adequada dos bens comuns. Da mesma forma, a inclusão dos Povos Afrodescendentes no desenho e monitoramento das políticas públicas de biodiversidade é crucial.

A inclusão dos Povos Afrodescendentes em espaços de diálogo e tomada de decisão sobre as políticas de uso e gestão da biodiversidade deve basear-se nos diferentes vínculos que possuem com os territórios que habitam, e não apenas em seu papel como usuários da biodiversidade. Diferentes países que têm diferentes graus de reconhecimento nas políticas de uso e gestão aceitam que os meios de subsistência e os modos de vida desses Povos estão ligados ao uso da biodiversidade. No entanto, esta é apenas uma das múltiplas dimensões. O reconhecimento dos Povos Afrodescendentes deve incluir seu papel como protetores e conservadores da biodiversidade e como gestores do conhecimento em torno da biodiversidade.

Em relação aos países que possuem alto nível de reconhecimento, mas um baixo nível de vinculação à implementação de políticas públicas de biodiversidade, o principal desafio identificado é que, apesar de possuir uma infraestrutura jurídica e institucional adequada, a abordagem política prioriza outros tipos de estratégias. O desafio a este respeito é ser capaz de reconstruir o vínculo entre as políticas de conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos de posse, ainda mais, porque, apesar da falta de inclusão, os países as relatam em seus relatórios sobre o cumprimento das metas de Aichi. Existe, sem dúvida, uma janela de oportunidade para complementar as áreas protegidas com esquemas de governança étnica em áreas ecologicamente importantes; Isso geraria um duplo impulso para as políticas de reconhecimento de direitos e conservação ambiental. É o caso da Colômbia nos primeiros períodos de implementação da Lei 70 de 1993, que concedeu direitos territoriais aos Povos Afrodescendentes. A gestão e a proteção da biodiversidade são fortalecidas com a participação efetiva, por meio de canais institucionais adequados, de atores estratégicos, como as comunidades locais e os Povos Afrodescendentes.

Os direitos de posse e, principalmente, a autonomia no uso dos recursos naturais são fundamentais na consolidação de estratégias de conservação lideradas pelas comunidades locais.

Foi possível identificar diferentes tendências em relação às implicações e efeitos que os projetos de REDD e REDD+ poderiam ter sobre os Povos Afrodescendentes. Isso depende necessariamente do nível de reconhecimento legal e dos instrumentos de proteção diferenciados disponíveis em cada um dos países. Brasil e Colômbia exemplificam cenários em que um alto nível de reconhecimento leva a maior inclusão das comunidades na implementação desse tipo de projeto. Organizações como a PCN na Colômbia têm visto nesse tipo de projetos formas de aumentar o número de hectares garantidos, uma vez que reconhecem que, ao menos em sua intencionalidade, a possibilidade de vincular à implementação, a promoção de direitos humanos

fundamentais, como o direito ao território desfrutado pelos Povos étnicos (Lyster, 2010; Savaresi, 2013; e Loft et al, 2021).

Agradecimentos

Este estudo faz parte da segunda parte do mapeamento territorial e da análise regional dos direitos de posse coletiva dos Povos Afrodescendentes na América Latina. Esta segunda análise enfoca a territorialidade dos Povos Afrodescendentes na América Latina e no Caribe nos hotspots de biodiversidade. Esta análise emerge do processo de mobilização e articulação das organizações dos Povos Afrodescendentes que tem sido realizado conjuntamente pelas seguintes organizações e indivíduos:

Em nome do movimento dos afrodescendentes:

Bolívia: Conselho Nacional Afro-Boliviano (CONAFRO): Juan Angola Maconde; Associação Cultural Sembrando Valores, Comunidade Dorado Chico. **Brasil:** Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ): Katia Penha, Denildo Rodriguez, Biko Rodriguez, Antonio Crioulo, Francisco das Chagas, Cleiton Do Purificação. **Chile:** Lumbanga: Cristian Báez, Mabel López. **Colômbia:** Processo de Comunidades Negras (PCN): Jose Luis Rengifo, Eny Cerón, Mario Banguero. **Equador:** Comuna Río Santiago Cayapas - Comitê Pró-circunscrição e Desenvolvimento Territorial - Asociación Tambores Africanos; Confederação Comarca Afro-equatoriana del Norte de Esmeraldas (CANE): Inés Morales, Darwin Valencia; Instituto de Estudos Superiores Nacionais (IAEN): John Antón Sanchez; Fundación de Desarrollo Social Afro-equatoriana AZUCAR: Sonia Viveros; Red de Jovens del Valle del Chota; União de Organizações Negras do Norte de Esmeraldas (UONNE): Willer Tenorio; Terceiro Congresso Unitário do Povo Afro-Equatoriano (CUPAIII): David Quiñónez; Federação de Comunidades e Organizações Negras de Imbabura e Carchi (FECONIC): Auximaro Espinoza, Renán Tadeo e Salomón Acosta; Coordenadora de Mujeres Negras Carchi (CONAMUNE): Barbarita Lara; Centro de Pesquisa da Família Negra (CIFANE): José Chalá, Katherine Chalá Mosquera; Afro comunicaciones: Jaqueline Gallegos. **Guatemala:** Organização Negra Guatemalteca (ONEGUA): Mario Ellington Lambe. **Honduras:** Organização para o Desenvolvimento da Comunidade Étnica (ODECO): Gregoria Jiménez. **México:** México Negro A. C.: Abel Hernández, Lucila Laredo. **Nicarágua:** Associação Nicaraguense Afro-Garanguense (AAGANIC): Glenda Godfrey. **Paraguai:** Rede Paraguaia de Afrodescendentes; CAMBACUAC: Jose Carlos Medina. **Peru:** Centro de Desenvolvimento Étnico (CEDET): Oswaldo Bilbao Lobatón; Saul Hernández Rosales, Luis Tacuche Moreno, Sandro Bilbao Mayorga. **Venezuela:** Jesús García, KUMbe Afrovenezolano: Jessica Cueto.

Em nome do Observatório de Territórios Étnicos e Camponeses da Universidade Javeriana de Bogotá, Colômbia, como acompanhamento técnico do SIG: Elías Helo, Laura Muños, Cristiam Guerrero, María José Arrieta, Johana Herrera, Carolina Arévalo, Pablo Ramos, Andrés Becerra, Leonardo Muñoz e Santiago Mejía.

Outras pessoas e organizações que contribuíram para a coleta de dados: **Brasil:** Antonio Oviedo. **Suriname:** Equipe de Conservação da Amazônia (ACT).

Em nome do Programa América Latina da RRI, como acompanhamento estratégico e financeiro: Omaira Bolaños, Monica Orjuela Vasquez e Francisco Pérez.

VI. Referências

- ACICAFOC. 2022. Empoderamiento de Comunidades Afrodescendientes e Indígenas para su Participación en la Estrategia REDD+ (APRODISO). Obtido em: <https://www.acicafoc.org/proyecto/estrategia-redd-panama/>.
- AIDSESP e Programa Povos da Floresta. 2011. La Realidad de REDD+ en Perú: Entre el Dicho y el Hecho... Análisis y Alternativas de los Pueblos Indígenas Amazónicos. Moreton in Marsh: Forest Peoples Programme. Obtido em: http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2011/11/la-realidad-de-redd-en-peru-entre-el-dicho-y-el-hecho-para-el-sitio-web_0.pdf.
- Barahona Cruz, María Fernanda. 2018. Implicaciones de la Economía Verde Sobre la Dependencia de las Comunidades de la Asociación COCOMASUR. Bogotá: Pontificia Universidade Javeriana.
- Barrance, Adrian, Kate Schreckenber, e James Gordon. 2009. Conservation Through Use: Lessons from the Mesoamerican Dry Forest. London: Overseas Development Institute.
- Berkes, Fikret e Helen Ross. 2013. Community Resilience: Toward an Integrated Approach. *Society & Natural Resources* 26 (1): 1–16.
- Bezerra Barbosa Versa, Aurea Palloma, Cauê Guion de Almeida, Lorena Lima de Moraes, e Alexandre M. Fernandes. 2022. Ethnoornithology and Bird Conservation in Afrodescendant Communities in the Brazilian Caatinga. *Ethnobiology Letters* 13 (1): 1–15.
- Biofix. s.d. "Tángara REDD+." Obtido em: <https://biofix.co/portafolio/tangara-redd/>.
- Carrillo Cubides, Aidy Juliette. 2017. Revisión Crítica de los REDD+: Limitaciones y Potencialidades de su Aplicación en Colombia. Requisito parcial para se qualificar para o Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia.
- Cecchini, Simone, Raul Holz, e Humberto Soto de la Rosa. 2021. Promoviendo la Igualdad: El Aporte de las Políticas Sociales en América Latina y el Caribe. Santiago do Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundo de População das Nações Unidas. 2020. Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina: desafios para a inclusão. Project Documents (LC/PUB.2020/14).
- Comisión Nacional Forestal (CONAFOR). 2017. Estrategía Nacional de REDD+ 2017–2030. Obtido em: https://redd.unfccc.int/files/estrategia-nacional-redd-2017-2030_mexico.pdf.
- Conferência Nacional de Organizações Afro-Colombianas. 2014. Compilação de Documentos: Congresso Nacional do Povo Negro Afro-Colombiano Palenquero e Raizal. Apresentado de 23 a 27 de agosto. Obtido em: <https://convergeneciacoa.org/wp-content/uploads/2018/09/Primer-Congreso-Nacional-Afrocolombiano-2013.pdf>.
- Convention on Biological Diversity. 2020. “Aichi Biodiversity Targets.” Obtido em: <https://www.cbd.int/sp/targets/>.
- Critical Ecosystem Partnership Fund. 2021. Resumo Técnico do Perfil do Ecossistema: Hotspot de biodiversidade dos Andes Tropicais. Arlington: Critical Ecosystem Partnership Fund. Obtido em: <https://www.cepf.net/sites/default/files/tropical-andes-2021-ecosystem-profile-summary-spanish.pdf>.
- Díaz Montaña, Jhon William. 2021. REDD+: uma aposta limitada para o reconhecimento dos direitos indígenas à autonomia e ao território. O caso dos índios Piaroa da reserva Matawén. Trabalho de graduação para optar pelo título de Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre o Desenvolvimento. Bogotá: Universidade de Los Andes.
- FAO. 2019. Assistência técnica para a implementação do modelo florestal comunitário – Colômbia: Conquistas, aprendizados e desafios. Bogotá: Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Obtido em: <https://www.minambiente.gov.co/wp-content/uploads/2022/04/2.-Asistencia-tecnica-para-la-implementacion-de-modelo-de-foresteria-comunitaria-Colombia.-Logros-aprendizajes-y-retos.pdf>.
- FAO e FILAC. 2021. Os Povos Indígenas e Tribais e a governança florestal: uma oportunidade para a ação climática na América Latina e no Caribe. Santiago do Chile, FAO. doi: <https://doi.org/10.4060/cb2953es>.
- García, Carolina, Héctor Tavera-Escobar, Carlos Vieira, Carolina Rincón, e Elmer Rentería. 2014. Fostering Ethno-Territorial Autonomy: A Colombian Case Study of Community-based Conservation of Mangroves. *Journal of Latin American Geography* 13 (2): 117–152.
- GCI. 2020. “Estrategía Nacional de REDD+ Guatemala (2020-2050).” Obtido em: https://sudaustral.github.io/wordpress_sudaustral/Informe%20Estrategia%20Nacional%20REDD+%206nov20.pdf.
- Governo do México. 2019. “Povos Afro-mexicanos e o reconhecimento de sua diversidade.” Obtido em: <https://www.gob.mx/cultura/articulos/los-pueblos-afromexicanos-y-el-reconocimiento-de-su-diversidad>.

- González, Joel Hernán. 2017. Artigos Resistência proposicional: o papel da Bolívia no Programa de REDD+. IRI Anuário sobre Relações Internacionais. Obtido em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/100161>.
- Government of Suriname. 2019. National REDD+ Strategy of Suriname. Paramaribo: National Institute for Environment and Development in Suriname. Obtido em: https://redd.unfccc.int/files/national_redd_strategy_of_suriname_en_web.pdf.
- Governo da Guatemala, CONAP e ACOFOP. 2014. Redução das emissões por desmatamento evitado na área multiuso da Reserva da Biosfera de Mara, na Guatemala: Projeto Guatecarbon. Obtido em: <http://guatecarbon.com/wp-content/uploads/2014/09/hoja-informativaGuatecarbon-28-agsoto-14.pdf>.
- IDRECCO. 2022. "International Database on REDD+ Projects and Programmes." Obtido em: <https://www.reddprojectsdatabase.org/>.
- Instituto Interamericano de Direitos Humanos. 2018. Povos indígenas e Afrodescendentes, ferramentas para a defesa do território: Indicadores para a avaliação de consultas e protocolo para a resolução de conflitos socioambientais. Obtido em: <https://www.iidh.ed.cr/iidh/media/6345/ind%C3%ADgenas-1-142-final.pdf>.
- Kill, Por Jutta. 2015. REDD: uma coleção de conflitos, contradições e mentiras. Montevideo: World Rainforest Movement. Obtido em: https://www.wrm.org.uy//es/files/2014/12/REDD-Coleccion_de_conflictos_contradicciones_y_mentiras_expandido.pdf.
- Kothari, Ashish, Philip Camill, e Jessica Brown. 2013. Conservation as if People also Mattered: Policy and Practice of Community-based Conservation. *Conservation & Society* 11 (1): 1–15.
- Lima, Jaciara Raquel Barbosa de, R. Florêncio, e C. Santos. 2014. Contribuições da etnozologia para a conservação da fauna silvestre. *Revista Ouricuri* 4 (3): 48–67.
- Lofts, Katherine, J.P. Sarmiento Barletti, e Anne M. Larson. 2021. Lessons Towards Rights-Responsive REDD+ Safeguards from a Literature Review. Bogor: CIFOR. doi: 10.17528/cifor/008376.
- Lyster, Rosemary. 2011. REDD+, Transparency, Participation and Resource Rights: The Role of Law. *Environmental Science & Policy* 14 (2): 118–126. doi: 10.1016/j.envsci.2010.11.008.
- Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. 2016. Relatórios de Meio Termo do Programa Nacional de Desmatamento Evitado, Nicaragua (ENDE-REDD+). Obtido em: https://www.forestcarbonpartnership.org/system/files/documents/Nicaragua_MTR_ENDE-REDD_25082016_esp_vfinal.pdf.
- Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 2021. "Programas/projetos de REDD+." Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Obtido em:

<https://www.minambiente.gov.co/cambio-climatico-y-gestion-del-riesgo/programas-proyectos-redd/>.

Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Paraguai. 2019. Estratégia Florestal Nacional para o Crescimento. Assunção: Governo Nacional do Paraguai. Obtido em:

https://redd.unfccc.int/files/estrategia_nacional_bosques_para_el_crecimiento_sostenible.pdf.

Ministério do Meio Ambiente. 2016. Estratégia Nacional para as Florestas e as Mudanças Climáticas. Lima: Governo do Peru. Obtido em:

http://www.bosques.gob.pe/archivo/de06da_enbcc_documento.pdf.

Ministério do Meio Ambiente e Energia-MINAE. 2016. Estratégia Nacional de REDD+ Costa Rica. San José: Ministério do Meio Ambiente e Energia. Obtido em:

https://redd.unfccc.int/files/4863_1_fon_estrategia_red_cr_lr.pdf.

Ministério do Meio Ambiente do Equador. 2018. Plano de Ação de REDD+ 'Florestas para o Bem Viver' e Acordo Ministerial 116 que emite o Plano de Ação (MAE). Quito: UNDP. Obtido em: <https://www.undp.org/es/ecuador/publications/plan-de-acci%C3%B3n-redd-%E2%80%9Cbosques-para-el-buen-vivir%E2%80%9D-y-acuerdo-ministerial-116-de-expedici%C3%B3n-del-plan-de-acci%C3%B3n-mae>.

Ministério Nacional da Agricultura. 2017. Estratégia Nacional para as Mudanças Climáticas e os Recursos da Vegetação 2017-2025. Santiago do Chile: Ministério Nacional da Agricultura. Obtido em: https://redd.unfccc.int/files/chile_national_redd_strategy.pdf.

Movimento Regional pela Terra e Território. 2017. Aripao: Conservando a floresta, protegendo o território. Estudo de caso 151. La Paz: Movimento Regional pela Terra e Território. Obtido em: <https://www.porlatierra.org/docs/d78de3a394397ef517d0e99dcd237ad0.pdf>.

The Nature Conservancy, WWF, USAID, e Fundação Cayos Cochinos. 2008. Plano de Gestão 2008-2012 para o Monumento Natural Marinho do Arquipélago de Cayos Cochinos. Arlington: The Nature Conservancy. Obtido em:

http://www.chmhonduras.org/phocadownloadpap/Cayos_Cochinos/PLAN_DE_MANEJOS/Plan%20manejo%20Cayos%20cochinos%20TNC_2008-2012.pdf.

Olivet, Carlos Rodríguez, Roberto Chuc, Ana María Tablada, Julio Castrillo, José Jaime Ruiz, e Daniel Dubón. 2017. Enfoque Nacional de Salvaguardas e Sistemas de informação de Salvaguardas de Honduras no Marco da EN REDD+. Tegucigalpa: CONASASH. Obtido em: <https://icf.gob.hn/wp-content/uploads/2022/02/Enfoque-Nacional-de-Salvaguardas-REDD.pdf>.

Orduz Salinas, Natalia. 2015. Análise dos discursos do REDD+ como estratégia equitativa para a conservação e o uso da biodiversidade. Ambiente y Desarrollo 19 (37): 115–130. doi: 10.11144/Javeriana.ayd19-37.adre.

- Piu, H. C. e M. Menton. 2013. Contexto do REDD+ no Peru: Motores, atores e instituições. Bogor: CIFOR. Obtido em: <https://www.cifor.org/knowledge/publication/4226/>.
- Plataforma de Adaptação às Mudanças Climáticas no Equador, Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica. s.d. "Gênero e Adaptação: Desenvolvimento de capacidades para se adaptar às mudanças climáticas por meio de ações de segurança alimentar e nutricional em comunidades Afrodescendentes e indígenas vulneráveis na área de fronteira colombiano-equatoriana." Plataforma de Adaptação às Mudanças Climáticas no Equador. Obtido em: <https://adaptacioncc.com/node/133>.
- Programa ONU-REDD. 2013. Diretrizes sobre consentimento livre, prévio e informado. Geneva: Programa ONU-REDD. Obtido em: <https://www.un-redd.org/sites/default/files/2021-10/FPIC%20Guidelines%20Sp%20r2.pdf>.
- Reyes, E. 2015. Programa Conjunto das Nações Unidas para a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal no Panamá rascunho da Estratégia Nacional de REDD+ no Panamá. Lima: Rascunho da Estratégia Nacional de REDD+ no Panamá.
- Rights and Resources Initiative, Processo das Comunidades Negras, e o Pontifícia Universidade Observatório Javeriana de Territórios Étnicos e Campesinos. 2022. Mapeando a presença, as terras e os territórios dos Afrodescendentes na América Latina e no Caribe: Descobertas e desafios para o debate climático e direitos de posse coletiva mandato. Washington, DC: Rights and Resources Initiative. doi: 10.53892/TVCQ5983.
- Sanhueza, José Eduardo, e Mariana Antonissen. 2014. REDD+ na América Latina: Status atual das estratégias para reduzir as emissões do desmatamento e a degradação florestal. Santiago de Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Obtido em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36810/S2014280_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Savaresi, Annalisa. 2013. REDD+ and Human Rights: Addressing Synergies Between International Regimes. *Ecology & Society* 18 (3). doi: 10.5751/ES-05549-180305.
- Somos Portafolio REDD+ Comunitario. s.d. "Nossa História." Somos Portafolio REDD+ Comunitario. Obtido em: <https://portafolioreddmascomunitario.org/>.
- UNFCCC. 2022. Technical Report on the Technical Analysis of the Technical Annex to the first Biennial Update Report of Belize Submitted in Accordance with Decision 14/CP.19, paragraph 7, on 30 August 2021. Bonn: UNFCCC. Obtido em: https://cop23.unfccc.int/sites/default/files/resource/tatr2021_BLZ.pdf.
- UN-REDD. 2010. Documento do Programa Nacional Conjunto–Bolívia. Geneva: UN-REDD Programme. Obtido em: https://www.un-redd.org/sites/default/files/2021-10/UN-REDD_PB4_4ai%20Documento%20del%20Programa%20Nacional%20-%20Bolivia.pdf.

Vergara, Daniel Alejandro. 2022. Quem são os cowboys do carbono e qual é a sua influência na Amazônia? LatinAmerican Post. Obtido em: <https://latinamericanpost.com/es/42445-quiens-son-los-carbon-cowboys-y-cul-es-su-influencia-en-la-amazona>.

Wallbot, Linda Rosendal e G. Kristin Rosendal. 2018. Safeguards, Standards, and the Science-Policy Interfaces of REDD+: Greening Land Use Through Forest-Based Mitigation in Costa Rica? The Journal of Environment & Development 27 (1): 99–125. doi: 10.1177/1070496517751716.

World Wildlife Fund. 2014. Salvaguardas socioambientais de REDD+. Bogotá: World Wildlife Fund. Obtido em: http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/cartilla_interpretacion_nacional_de_salvaguardas_final_web.pdf.

Anexo 1 - Sistematização e análise da informação espacial

Para a análise das informações, um banco de dados espaciais foi consolidado no software ArcGis Pro dividido em 5 componentes: linha de base, censos, cobertura, mudanças climáticas e atividades extrativas nos 16 países do estudo. Para a coleta de informações secundárias, os dados foram coletados em diferentes portais e geovisores de fontes não estatais e fontes oficiais detalhadas na tabela a seguir:

País	Camada	Fonte
Belize	Fronteiras e distritos	Sistema de Dados de Biodiversidade e Recursos Ambientais para Belize
Bolívia	Bolívia províncias	Instituto Geográfico Militar da Bolívia
	Bolívia territórios de Povos Afrodescendentes	Entrevistas para expandir as informações do exercício de mapeamento da Fundação FUNDAFROS (2018) Digitalização de planos de arquivos FUNDAFRO (Reforma Agrária de Topografia 1953) Fundação Tierra
Brasil	Político-administrativo	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
	Territórios Afro	CONAQ, Fundação Pró-Índio São Paulo, Projeto Nova Cartografia Social, entrevistas
Chile	Chile regiões	Instituto Geográfico Militar do Chile
	Territórios de Povos Afrodescendentes	Acervo Fundiário - Territórios titulados Pesquisa à promotora Quilombola
Colômbia	Político-administrativo	Instituto Geográfico Agustín Codazzi

País	Camada	Fonte
	Territórios de Povos Afrodescendentes	Projeto de titulação coletiva ANT - Hileros - OTEC
Costa Rica	Político-administrativo	Instituto Nacional Geográfico SNIT
Equador	Equador províncias	Instituto Nacional de Censos e Estatísticas do Equador
Guatemala	Guatemala municípios	Instituto Geográfico Nacional da Guatemala
	Guatemala departamentos	Instituto Geográfico Nacional da Guatemala
Honduras	Honduras municípios	Instituto Nacional de Conservação e Desenvolvimento Florestal, Áreas Protegidas e Vida Silvestre
	Honduras departamentos	Instituto Nacional de Conservação e Desenvolvimento Florestal, Áreas Protegidas e Vida Silvestre
	Honduras locais com presença de Povos Afro-hondurenhos	Organização Fraternal Negra Hondurenha Povo Garífuna
México	México municípios	INEGI pesquisa censo 2015 INEGI linha base México
	México estados	INEGI pesquisa censo 2015 INEGI linha base México
	México locais do com presença de Povos Afrodescendentes	INEGI pesquisa censo 2015 e entrevistas
Nicarágua	Nicarágua departamentos	Instituto Nicaraguense de Estudos Territoriais (INETER)
	Nicarágua territórios Afro-mistos	Povos indígenas e Afrodescendentes da Nicarágua: Etnografia, ecossistemas naturais e áreas protegidas
Panamá	Político-administrativo	Instituto Geográfico Nacional Tommy Guardia (IGNTG)
Paraguai	Paraguai departamentos	Instituto Nacional de Estatística do Paraguai
	Paraguai locais com presença de Territórios de Povos Afrodescendentes	Planos comunitários e levantamentos topográficos
Peru	Peru municípios CEDET	Mapa étnico CEDET - Censo populacional 2017
	Peru departamentos	Instituto Geográfico Nacional do Peru
	Peru municípios Afrodescendentes	Mapa étnico CEDET - Censo populacional 2017
Suriname	Agrupamentos Suriname	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

País	Camada	Fonte
	Territórios Maroon	Geovisor público da Equipe de Conservação da Amazônia
Venezuela	Fronteiras municipais da Venezuela	Provita

Os dados foram sistematizados em formato de Geodados (Banco de dados geográficos) para trabalhar com sistemas de coordenadas padronizados e correções topológicas foram feitas para evitar erros geométricos e superestimação de dados. Os dados tiveram uma análise de sobreposição vetorial para calcular áreas estimadas, porcentagens de sobreposição e conhecer as entidades geográficas que compartilharam a localização.

Disposição das informações geográficas

Os principais resultados e as camadas corrigidas foram dispostos em formato vetorial e raster que facilitam seu uso em plataformas web geográficas. Foi consolidado um banco de dados espacial que pode ser usado para consultar, baixar e editar as informações.

Instrumentos ESRI foram utilizados para analisar, sistematizar e disponibilizar os dados geográficos. Para análises robustas das informações e a criação do banco de dados geográfico, utilizou-se o ArcGis Pro XXX e as camadas geográficas foram dispostas no ArcGis Online. Além disso, um formulário web geográfico foi criado no instrumento ESRI Survey 123 para que as organizações de Povos Afrodescendentes possam interagir e fornecer feedback sobre as informações disponíveis na plataforma. Os formulários web permitem a construção de informações geográficas e alfanuméricas com uma estrutura predefinida. Isso possibilita criar campos específicos para cada um dos componentes de informação propostos por este projeto e, adicionalmente, centralizar os documentos estratégicos que facilitam a caracterização do estado de reconhecimento dos direitos coletivos de posse por país. A plataforma web geográfica é construída sob o modelo ESRI do WebAppBuilder que permite aos usuários consultar os dados sistematizados deste exercício de pesquisa e interagir com ferramentas que facilitam a criação de mapas, filtro de dados e ferramentas de desenho, entre outros.

Anexo 2 - Balanço dos projetos e programas REED e sua relação com os territórios de Povos Afrodescendentes

País	Tipo de projeto ou programa	Nome do Projeto	Financiamento	Participação dos Povos Afrodescendentes
Belize	Estratégia Nacional	REDD+ Belize	Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF)	Não foram vinculados aos Povos Afrodescendentes
Bolívia	Nenhuma iniciativa relatada			
Brasil	Estratégia Nacional	Estratégia Nacional para REDD+	Fundo da Amazônia e GEF	Povos Indígenas e Quilombolas são incluídos.
Chile	Programa setorial	Programa de Redução de Emissões (PRE) de pagamentos baseados em resultados no marco da Estratégia Nacional de Mudanças Climáticas e Recursos da Vegetação (ENCCRV)	Banco Mundial	Os Povos Afrodescendentes não são diretamente vinculados.
Colômbia	Marco Nacional	Proposta de nível de referência das emissões florestais por desmatamento na Colômbia para pagamento pelos resultados de REDD+ no âmbito da CMNUCC	Governo da Colômbia	Os Povos Afrodescendentes foram vinculados através de salvaguardas e cenários de participação.
	Projetos	Portfólio de REDD+ Comunitário	Portfólio financiado por USAID, BID, Embaixadas da Noruega, Suécia e Suíça.	Os Povos Afrodescendentes foram vinculados através de salvaguardas e cenários de participação.
Costa Rica	Estratégia Nacional	Estratégia Nacional REDD+ Costa Rica	PNUMA, ONU-REDD	Os Povos Afrodescendentes não estão vinculados.

País	Tipo de projeto ou programa	Nome do Projeto	Financiamento	Participação dos Povos Afrodescendentes
	Subprojeto	Projeto programático de PSA para mitigar as emissões de gases de efeito estufa causado por desmatamento evitado de florestas tropicais úmidas de propriedade privada em áreas de alto valor de conservação na Cordilheira Vulcânica Central da Costa Rica.	Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF)	Os Povos Afrodescendentes não estão vinculados.
Equador	Estratégia Nacional	REDD+ Equador Florestas para Viver Bem.	Governo do Equador	Os Povos Afrodescendentes foram vinculados através de salvaguardas e cenários de participação na tomada de decisões.
	Estratégia Nacional	Estratégia Nacional de REDD+ Guatemala (2020-2050) (ENREDD+)	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Cooperativo para o Carbono Florestal (FCPF)	Os Povos Garífuna foram incluídos no marco da consulta prévia e na construção das salvaguardas.
Guatemala	Subprojeto	REDD+ na Zona Multiuso da Reserva da Biosfera Maia (GuateCarbon) 2012-2040	USAID, BID e Rainforest Alliance.	Os Povos Garífuna foram incluídos no marco da consulta e na construção das salvaguardas.
	Subprojeto	Projeto REDD+ para o Caribe da Guatemala: A Costa da Conservação	Setor privado	Os Povos Garífuna foram incluídos no marco da consulta e na construção das salvaguardas.
Honduras	Esquema nacional	Abordagem Nacional de Salvaguardas e Sistema de Informação de	USAID	Os Povos Afrodescendentes foram vinculados através de salvaguardas e

País	Tipo de projeto ou programa	Nome do Projeto	Financiamento	Participação dos Povos Afrodescendentes
		Salvaguardas de Honduras no Marco da ENREDD+		esquemas de participação na tomada de decisões.
México	Estratégia nacional	Estratégia Nacional REDD+ México (2017-2030)	Governo do México. A fase de pré-formulação foi financiada pelo PNUD, FAO e o Governo da Noruega.	Os Povos Afrodescendentes foram vinculados através de salvaguardas e consultas.
	Subprojeto piloto	Projeto de Desenvolvimento Florestal Comunitário nos Estados do Sul (Campeche, Chiapas e Oaxaca), Improved Forest Management (IFM), Afforestation, Reforestation and Revegetation (ARR), REDD+	Financiado pelo GEF, FIDA e administrado pela CONAFOR	Os Povos Afrodescendentes não foram vinculados.
Nicarágua	Programa Nacional	Programa Nacional de Desmatamento Evitado (ENDE-REDD+)	Fundo Cooperativo para o Carbono Florestal (FCPF)	Os Povos Afrodescendentes foram vinculados através de salvaguardas e esquemas de socialização participativa.
Panamá	Estratégia Nacional	Estratégia Nacional REDD+ no Panamá	O esboço da Estratégia foi financiado pela FAO, PNUD, PNUMA e ONU-REDD	Os Povos Afrodescendentes foram vinculados através de salvaguardas e esquemas de participação na tomada de decisões.
	Subprojeto	Projeto Empoderamento de Comunidades de Povos Afrodescendentes para sua participação na	Fundo Cooperativo para o Carbono Florestal (FCPF)	Os Povos Afrodescendentes são centrais neste projeto.

País	Tipo de projeto ou programa	Nome do Projeto	Financiamento	Participação dos Povos Afrodescendentes
	Programa	Estratégia REDD+ Panamá. Fundação Panamá Sustentável (PASOS) Associação de Profissionais de Darién (APRODISO) Programa Nacional de Restauração Florestal Programa Regional REDD	GIZ, Cooperação Alemã.	Reconhecimento da contribuição dos Povos Afrodescendentes, mas sem especificar como eles participam do programa.
Paraguai	Estratégia Nacional	Estratégia Nacional Florestal para o Crescimento Sustentável (ENBCS)	Governo do Paraguai.	Os Povos Afrodescendentes não estão diretamente vinculados.
Peru	Estratégia Nacional	Estratégia Nacional de Florestas e Mudanças Climáticas (ENBCC)	Fundos de Investimento no Clima (CIF – Climate Investment Funds), Banco Mundial e BID	Os Povos Afrodescendentes não estão diretamente vinculados.
Suriname	Estratégia Nacional	Estratégia Nacional de REDD+ do Suriname.	Governo do Suriname	Os Povos Afrodescendentes não estão diretamente vinculados.
Venezuela	Nenhuma iniciativa foi relatada.			

Notas finais

¹ Este mapeamento foi acompanhado por um documento titulado, “Mapeamento da presença, terras e territórios dos Afrodescendentes na América Latina e no Caribe, Descobertas e desafios para o debate climático e os direitos coletivos de posse”, em novembro de 2022. <https://rightsandresources.org/es/publication/mapeo-de-la-presencia-tierras-y-territorios-de-los-afrodescendientes-en-america-latina-y-el-caribe/>

² Estão incluídos todos os municípios do Brasil que estão certificados com a presença de comunidades Quilombolas. Nessas unidades geográficas não há demarcação da fração de terras ocupadas por comunidades Quilombolas.

³ Tendo como fonte o sistema de dados espaciais do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF — por suas siglas em inglês —) (2022).

⁴ Os objetivos de biodiversidade Aichi, fazem parte do plano estratégico 2011-2020 da Convenção sobre a Diversidade Biológica, adotado na COP de CBD 10 em 2010. Contém 5 metas estratégicas e 20 objetivos para a gestão da biodiversidade e formação de políticas.

<https://www.cbd.int/sp/targets/>

⁵ Os Povos Cimarrones do Suriname ainda seguem sem ter garantias legais para a posse coletiva da terra sobre o seu território embora estejam previstas mudanças significativas no regulamento legal sobre a posse coletiva para os Povos Afrodescendentes. A pesquisa da Equipe de Conservação da Amazônia (ACT) estimou um total de 7,3 milhões de hectares entre territórios de Povos Afrodescendentes do centro do país e indígenas Trio e Wayana do sul. O percentual desses 7,3 milhões de hectares demarcados que corresponde a terras do Povo Maroon ou Cimarrón. Acessado em: <https://amazoniadospuncocero.com/index.php/es/socios-es-mov/surinam-mov>

⁶ Recomenda-se consultar os relatórios por país disponíveis no portal da Convenção, na seção *Informações do Sexto Relatório Nacional – Relatórios Nacionais*:

<https://www.cbd.int/reports/search/>

⁷ Relatórios apresentados pelo Estado colombiano disponíveis em:

<https://www.cbd.int/kb/Results?q=colombia>

⁸ Bancos de dados disponíveis no Banco de Dados internacional sobre projetos e programas de REDD+: Vinculando Economia, Carbono e Comunidades. Versão 4.2

<https://www.reddprojectsdatabase.org>

⁹ Informações da Coalizão de Monitoramento de Programas REDD+, IDRECCO (Banco de Dados Internacional sobre Projetos e Programas de REDD+: Vinculando Economia, Carbono e Comunidades) que, desde 2014, monitora os objetivos, instrumentos e avanços desses projetos comparados com as áreas identificadas com assentamentos afrodescendentes.

¹⁰ A partir do monitoramento disponível em ID-RECCO, Banco de Dados Internacional sobre projetos e programas de REDD+: Vinculando Economia, Carbono e Comunidades. versão 4.2

<https://www.reddprojectsdatabase.org>

¹¹ Bezerra Barbosa, A; Roteiro de Almeida, C; Lima de Moraes, L & Fernandes, A. (2022)

¹² FAO (2019)

¹³ Plataforma sobre Adaptação às Mudanças Climáticas no Equador, Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica, Gênero e Adaptação (s.f.)

<https://adaptacioncc.com/node/133>

¹⁴ Garcia, C; Tavera-Escobar, H; Vieira C; Rincon, C; Rentería, E. (2014)